



Aos órgãos de comunicação Social

No ano em que se assinala o 40º Aniversário do Ano Internacional da Mulher, o Movimento Democrático de Mulheres apela ao cumprimento da Constituição da República e ao retorno dos caminhos de Abril convergentes com os direitos das mulheres.

O ano de 1975 foi consignado pela Assembleia-geral das Nações Unidas, Ano Internacional da Mulher (AIM).

A 7 de Janeiro desse ano, uma Resolução do Conselho de Ministros presidido por Vasco Gonçalves ratificava a sua celebração em Portugal “considerando o alto significado e a actualidade dos objectivos que o Ano Internacional da Mulher se propõe atingir, nomeadamente a eliminação das discriminações de direito e de facto em relação às mulheres, o incremento da participação das mulheres na transformação social”.

O MDM teve a grande honra de participar nesse Ano na Conferência no México e dentro do País integrar a Comissão para as comemorações do AIM que abriram os horizontes da luta e da participação das mulheres em igualdade, a todos os níveis da sociedade.

Volvidos 40 anos o MDM entende importante revigorar os objectivos do AIM trazendo à nossa memória colectiva a leitura dos propósitos políticos que animavam a Revolução de Abril, propósitos que não foram cumpridos e alguns deles terão sido esquecidos.

Na verdade, se há 40 anos a situação de discriminação das mulheres era uma preocupação para o Governo, hoje o governo não se pode ficar por meros discursos desculpabilizantes pois as suas políticas têm anos na governação do país.

São reconhecidas as vexatórias e injustas discriminações no trabalho, o menosprezo pela função social da maternidade/paternidade, as remunerações e carreiras discriminatórias que trazem desconforto para a grande maioria das mulheres de todas as gerações e profissões. São elas que usufruem os mais baixos salários, reformas e pensões. São elas que sofrem materialmente, mas também a vergonha de viverem a penúria, a pobreza e a fome da família.

Pese embora o grande valor demonstrado pelas mulheres, a sua reconhecida competência e qualidade no exercício das suas actividades profissionais e da sua crescente participação política, na verdade o desemprego e a precariedade do emprego, a não evolução na carreira, o congelamento e redução dos salários, a desregulação dos horários, acarretam mal estar, desanimo, desalento e mesmo revolta, em todas as dimensões das suas vidas e traduz um enorme retrocesso social e civilizacional.

Porque é fundamental que o governo assuma as medidas políticas e orçamentais que ponham fim à indignidade e humilhação das mulheres, o Conselho Nacional do MDM, reunido a 17 de Janeiro decidiu solicitar uma audiência à Srª Presidente da Assembleia da República a fim de apelar aos deputados que façam cumprir a Constituição da República, retomando os caminhos de Abril convergentes com as grandes orientações do AIM e das Conferências posteriores da ONU sobre os direitos das mulheres.

O Movimento Democrático de Mulheres

Lisboa, 19 de Janeiro de 2015